

INIMIGOS DA VERDADE



Perdeu o Brasil, comemoram os bolsonaristas: de maioria conservadora, Congresso tenta enterrar artigo que criminaliza fake news ao manter veto de Bolsonaro; bancada do PT votou contra

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 04 de junho de 2024 Nº 144

Congresso mantém veto de Bolsonaro

A especulação imobiliária na costa brasileira

Economia vai bem, apesar das fake news

Claudia Sheinbaum é eleita presidenta do México



SEJA UM VOLUNTÁRIO E ESPALHE A VERDADE

*Quer ajudar o povo
do **Rio Grande do Sul** e
combater notícias falsas?*

*Entre no grupo
de Caçadores de
FAKE NEWS*

bit.ly/cacadoresfakenews



DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE

ESTUDOS SOBRE A REPARTIÇÃO DE RENDA

PAUL SINGER



ADQUIRA SEU EXEMPLAR:

editoraunesp.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



editora
unesp

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

RECONEXÃO PERIFÉRIAS
LANÇAMENTO DO CADERNO

26/04 - DAS 16H ÀS 19H

CHACINAS E FEMINICÍDIOS
OS CASOS DE REALENGO E CAMPINAS

Local: Ocupação Nove de Julho
R. Álvares de Carvalho, 427
Bela Vista - São Paulo

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

UNESP

CESE

SÃO PAULO



DERROTA DO POVO

Artigo vetado por Bolsonaro e pelo Congresso criaria o crime de “comunicação enganosa em massa”, definido pela promoção ou financiamento da disseminação de mensagens mentirosas capazes de comprometer a lisura das eleições.

Página 07

CARTA AO LEITOR O fortalecimento da esquerda latina

Página 05

CAPA Contra o povo, Congresso mantém veto de Bolsonaro

Página 07

PRAIAS Privatização de áreas costeiras levanta discussão

Página 10

MULHERES Programa

Dignidade Menstrual atinge 1,7bi

Página 13

ARTIGO Tarso Genro escreve sobre as fragilidades no RS

Página 14

ENTREVISTA João Coser, pré-candidato do PT em Vitória (ES)

Página 16

POLÍTICA MP aciona TCU sobre política de juros do BC

Página 22

ARTIGO Tlaleng Mofokeng: a medicina e os direitos humanos

Página 24

OTIMISMO Economia vai bem, apesar das fake news

Página 26

VITÓRIA Claudia Sheinbaum é primeira presidenta do México

Página 28



ESQUERDA RETOMA O PROTAGONISMO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA

Alberto Cantalice

Acachapante vitória eleitoral da ex-prefeita da Cidade do México, Cláudia Sheinbaum, indicada sucessora pelo atual Presidente Andrés López Obrador, pela coligação Sigamos Haciendo Historia e liderada pelo Partido Movimiento de Regeneración Nacional- Morena, é um grande alento para as forças de esquerda e centro-esquerda na região. Principalmente pós-ressaca eleitoral na Argentina com a vitória do indefectível Javier Milei, no último pleito, e do "playboy" Daniel Noboa, no Equador.

Profundamente identificada com o governo Amlo, como é mais conhecido o atual presidente mexicano, Sheinbaum é a primeira mulher a presidir o país em toda a história. Ambientalista, assumirá com a responsabilidade de levar o México para a transição energé-

**"EM BREVE,,
720 VAGAS DO
PARLAMENTO
EUROPEU ESTARÃO
EM DISPUTA.
PARA VENCER O
TOTALITARISMO
SERÁ PRECISO UNIR
OS DEMOCRATAS",
LULA**

tica. Assunto que constou em sua plataforma de governo com destaque.

Tendo os Estados Unidos como principal parceiro comercial, o Estado mexicano é imediatamente atingido pela crise migratória na fronteira do Texas, além de ser a porta principal da entrada de drogas ao país vizinho. O maior mercado consumidor de drogas ilícitas do mundo. A disputa por esse mercado recrudescer a luta entre facções criminosas (os famosos carteis), fazendo o México enfrentar índices altíssimos de mortes e violência.

Outro sinal que aponta no horizonte é a provável vitória da Frente Amplio, no Uruguai.

Ainda em processo de prévias internas nos partidos, a Frente nas recentes pesquisas abre uma diferença entre 4 e 5 pontos da atual coalizão governista liderada pelo Partido Nacional de Centro-direita. No front interno, a Frente de



Ricardo Stuckert

Presidente Lula afirmou estar “muito feliz” que a representante de seu “companheiro” López Obrador, atual presidente do México, tenha vencido as eleições.

Esquerda realizou uma disputa interna entre a atual Prefeita de Montevideú Carolina Cosse, e o ex-Prefeito da província de Canelones, Yamandú Orsi.

Lideranças da Frente Amplo como o ex-Presidente José Mujica, tem se esforçado apesar do câncer em que está sendo acometido, para manter a unidade à despeito da disputa interna.

Ilha de prosperidade em meio a grande miserabilidade que compõe o panorama dos países latino-americanos, o Uruguai após a ascensão da centro-direita de Lacalle Pou do Partido Nacional e a aplicação de um programa profundamente neoliberal, viu aprofundar-se a pobreza e a miséria no país.

E os EUA?

Porém, a grande expectativa eleitoral de 2024 é sem sombras de dúvidas o pleito Norte-americano. A recente condenação de Donald Trump nas 34 imputações que foram feitas pela Procuradoria pode e deve mexer no tabuleiro eleitoral. O apoio de Joe Biden ao genocídio israelense na Palestina, afastou largos setores-principalmente entre os jovens- do apoio ao Partido Democrata. Fato que leva Biden a pressionar o governo de extrema-direita de Benjamin Netanyahu pelo cessar-fogo.

Na última segunda-feira um dos principais artífices do progres-

sismo nos Estados Unidos, Bernie Sanders declarou em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo: “Tenho dito há muitos meses que Israel tinha o direito de se defender do ataque terrorista do Hamas.(...) Mas Israel não tinha direito de ir à guerra total contra o povo Palestino. (...) É um desastre humanitário com centenas de milhares de pessoas enfrentando fome. Minha visão tem sido de que não devemos dar mais dinheiro para este gover-

no israelense extremista de direita.

Em outro trecho, o senador por Vermont e apoiador de Joe Biden diz sobre Trump: “ (o governo Trump) seria extremamente perigoso, draconiano e provavelmente muito pior do que seu primeiro mandato. Acho que ele seja um homem raivoso. Ele não acredita nos fundamentos da democracia, no Estado de Direito. Estou muito preocupado com sua reeleição e o que isso significaria para o povo americano...A eleição de Trump seria um desastre.

As forças democráticas brasileiras também estarão atentas aos pleitos na Venezuela, na União Europeia e na Inglaterra. A respeito dessas eleições o Presidente Lula disse em sua rede social no X: “Nossas regiões estão ameaçadas pelo extremismo político, pela manipulação da informação, pela violência que ataca e silencia minorias. O processo de renovação política na União Europeia se aproxima. Em poucos dias as 720 vagas do Parlamento Europeu estarão em disputa. A vitalidade da democracia é fundamental no momento em que vivemos. Para vencer o totalitarismo será preciso unir os democratas”, asseverou Lula.

O avanço da extrema-direita e de qualquer solução à la Milei e sua disfuncionalidade é péssimo para o desenvolvimento e aprofundamento da democracia.

Sigamos!

"MINHA VISÃO TEM SIDO DE QUE NÃO DEVEMOS DAR MAIS DINHEIRO PARA ESTE GOVERNO ISRAELENSE EXTREMISTA DE DIREITA" - BERNIE SANDERS



CONTRA O POVO, CONGRESSO MANTÉM VETO QUE PUNIRIA FAKE NEWS

Decisão de parlamentares, sobretudo de extrema direita, fragiliza combate às notícias falsas e a disseminação de informações criminosas. Nas redes sociais, celebraram a decisão os defensores da mentira como arma política

O Congresso Nacional manteve na terça-feira passada, com posição contrária da bancada do PT, na Câmara e no Senado, os vetos de Jair Bolsonaro a trechos da lei que tipifica crimes contra o Estado Democrático de Direito, dentre eles, o que trata da proliferação de notícias falsas.

A manutenção do veto mantém fora de questão artigo que tratava exclusivamente da criminalização da disseminação de notícias falsas no processo eleitoral.

Embora insistam em dizer, na imprensa hegemônica, que o governo ou Lula tenham sido derrotados, perdeu o Brasil e a cidadania democrática. O artigo banido criaria o crime de "comunicação enganosa em massa", definido pela omissão ou financiamento da disseminação por aplicativos de mensagens mentirosas capazes de comprometer a lisura das eleições.

A decisão dos parlamentares impediu a retomada de uma pena de prisão de um a cinco

anos e multa para a prática deste crime. Com isso, disseminar fake news contra o sistema eleitoral não será enquadrado como um crime contra o Estado Democrático de Direito. De acordo com o trecho vetado, seria crime:

"Promover ou financiar, pessoalmente ou por interposta pessoa, mediante uso de expediente não fornecido diretamente pelo provedor de aplicação de mensagem privada, campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabe inverídicos, e que sejam capazes de comprometer a higidez do processo eleitoral".

Na ocasião em que se opôs à criação dos "crimes contra a democracia", Bolsonaro justificou que o texto não esclarecia claramente quem seria responsabilizado - se quem criou a informação ou quem a compartilhou. Ele afirmou que estabelecer o crime poderia afastar os eleitores do discurso público.

Sessão agitada

O veto foi mantido com 317

votos, contra 139 deputados que votaram para derrubar. Eram necessários no mínimo 257 votos de deputados para a derrubada. Com o resultado dos deputados, o Senado não precisou votar a medida.

A tese foi levantada de forma agitada. Questionamentos chegaram a ser levantados sem conhecimento da matéria em votação: "Quem determinaria o que é fake news, criaríamos um tribunal para isso?". Na oposição bolsonarista, a decisão do Congresso Nacional foi vista como uma conquista da "liberdade de expressão", e a manutenção do direito de mentir no processo eleitoral, celebrado como se fosse uma final de Copa do Mundo por aqueles que se beneciam desta manutenção.

Nas redes sociais, usuários conectaram o desfecho da votação a uma condição particular para a "sobrevivência do bolsonarismo", que, conforme os críticos, se apoiam em "mentiras" para se manter no poder e alienar seus eleitores.



DEFENSORES DA MENTIRA: os deputados Marcel Van Hatem (Novo) e Daniel Silveira (PL) discursaram pela manutenção do veto

A defesa do indefensável

Ao longo da sessão, o texto, amplamente debatido por quem não o leu, recebeu críticas de quem, coincidentemente, faz uso de fake news. O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) disse que a proposta limita a liberdade de expressão. “Para evitar que as notícias falsas sejam disseminadas, as vítimas serão as informações verdadeiras”, criticou. Ele disse que a proposta cria uma estrutura “soviética” de análise de conteúdo, sem apresentar qualquer contexto para uso do termo, em mais uma tentativa de criar um discurso que serve a recortes de vídeos para redes sociais: desinformação.

O texto também foi criticado pelo deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), que ficou marcado por, em 2018, ter rasgado uma placa que homenageava a vereadora do PSOL Marielle Franco, assassinada meses antes, no Rio de Janeiro.

Outro defensor de causa própria, alegadamente, Daniel confessou: “Eu fui preso inconstitucionalmente com base nesse inquérito ilegal das fake news. É impossível que esse texto seja aprovado”, disse. Silveira é réu no Supremo Tribunal Federal por denúncia apresentada contra ele após a divulgação de vídeos contra ministros da Corte em redes sociais. Ele foi preso e agora está usando tornozeleira eletrônica. “Será usado para prejudicar qualquer tipo de oponente político”, afirmou o réu.

Como foi a votação

A manutenção do veto contou com votos não só da oposição, como do PL (do partido, apenas o deputado Junior Lourenço votou para que o veto do ex-presidente Jair Bolsonaro fosse derrubado).

Reprodução Câmara dos Deputados



PECADO - Deputada Bia Kicis (PL-DF) defendeu que mentir pode ser "pecado" e "imoral", mas que a prática não é um crime no plenário da Câmara em maio de 2023

Filiados do Republicanos, PP, União Brasil, PSD, MDB e Podemos, ajudaram a formar a ampla maioria que autorizou a disseminação de notícias falsas como “prática de comunicação”. Destacques para o MDB, com 21 votos, PSD, com 37 de 40 votos contra a criminalização e o União Brasil deu 51 votos para manter o veto. Todos os deputados do PT votaram pela derrubada do veto.

Reações

Em discurso no plenário do Congresso Nacional, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) criticou a manutenção do veto e destacou que é de suma importância que a disseminação de fake news seja combatida para a preservação da democracia.

“Ao que parece o então presidente da República já previa a enxurrada de fake news em campanhas eleitorais e resolveu vetar o artigo que previa como crime a disseminação de fatos sabidamente inverídicos. É muito importante que isso esteja definido de forma clara em lei para manutenção do estado democrático em nosso país”, defendeu o parlamentar.

Do Senado, o líder do governo no Congresso, o senador Randalfe Rodrigues disse que vai

“insistir” em um projeto de lei no Legislativo para criminalizar as fake news e atribuiu a derrota da democracia à formação do Congresso, que é, segundo aponta, “majoritariamente conservador”.

Relatório

A proposta teve relatório preliminar divulgado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB). O texto busca aperfeiçoar a legislação brasileira referente à liberdade, à responsabilidade e à transparência na internet com o objetivo de reprimir a disseminação de conteúdos falsos pelas plataformas.

As regras vão se aplicar a provedores de redes sociais, ferramentas de busca e de mensagens instantâneas que oferecem serviços ao público brasileiro, inclusive empresas sediadas no exterior, cujo número de usuários registrados no País seja superior a 10 milhões.

Entre os pontos do projeto está a obrigatoriedade de representação legal no país pelas empresas de tecnologia, a remuneração de conteúdos jornalísticos, a equiparação a veículos de comunicação para fins eleitorais, a limitação de disparos em massa e a exigência de transparência.

Com informações do PT no Senado e Câmara Federal



DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E CONFLITOS SOCIAIS SÃO A MARCA DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM PRAIAS

Governo se manifestou contra projeto em tramitação no Senado que tem como objetivo privatizar áreas litorâneas da União; assunto é tema de debate quente nas redes sociais entre ambientalistas, políticos e artistas e movimentou opinião pública

Claudia Rocha

A estimativa de investimento para a conclusão da primeira etapa de um empreendimento hoteleiro de luxo na cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, ultrapassa

R\$ 3,5 bilhões. A cifra bilionária faz parte do aporte para a construção do Maraey, um complexo turístico e residencial - que tem na descrição do projeto quatro hotéis cinco estrelas com mais de 1.100 quartos e 244 unidades residenciais - tudo isso dentro de uma APA, Área de Proteção Ambiental.

Desde 2009, as cerca de 200 famílias que vivem no local estão mobilizadas contra o empreendimento que pode chegar a movimentar uma população média de 40 mil turistas na região. O embate judicial já teve diversos episódios ao longo da última década, sendo o mais recente uma decisão do Su-



Projeto Empreendimento Maraey , em Maricá (RJ)

Divulgação

perior Tribunal de Justiça (STJ), no ano passado, que concedeu uma liminar interrompendo a construção. O Ministério Público do Rio se opôs à obra do resort, prevendo danos irreversíveis ao ecossistema de restinga entre a Lagoa de Maricá e a Praia da Barra.

A situação vivida na região metropolitana do Rio de Janeiro, com a iminência de uma obra dessa magnitude, com previsão de conclusão até 2033, é um exemplo do avanço da especulação imobiliária nas praias brasileiras, que demonstra que o debate em torno da disputa pela terra em áreas litorâneas, além do acesso às terras da União, um patrimônio público, envolve também outras frentes: desde a preservação de comunidades tradicionais até a preocupação gerada a partir das mudanças climáticas devido à elevação do nível do mar nos locais cobijados para ocupação.

Outro caso emblemático, também no Rio de Janeiro, é o do Condomínio Laranjeiras, em Paraty, com imóveis de luxo que tiraram o sossego da região há mais de 40 anos. Além de manter uma

difícil relação com os moradores do entorno, na Vila Oratório, o acesso dos caiçaras residentes em localidades como a Praia do Sono e Ponta Negra, que precisam passar pelo condomínio para acessar serviços de saúde ou compras na cidade, chegou a ser impedido; o que foi revertido pela Justiça. No auge do período crítico do conflito, entre 2015 e 2016, mais de 20 moradores foram processados por atravessarem a área particular do condomínio.

PEC no Senado

Aprovada em fevereiro de 2022 na Câmara dos Deputados, a PEC 3/2022, que trata do tema e acabou tendo bastante repercussão nas redes sociais nas últimas semanas (com declarações contrárias e favoráveis de famosos em seus perfis), estava parada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado desde agosto de 2023. O assunto voltou à tona por conta de uma audiência pública realizada recentemente, em 27 de maio. Relator do projeto, Flávio Bolsonaro defendeu a aprovação e negou

que a abordagem seja a da privatização das praias, como o projeto ficou conhecido. No detalhamento técnico, no entanto, o argumento do senador não se sustenta.

Caso seja aprovada e sancionada, com o texto que está hoje no Senado, a PEC revoga um trecho da Constituição e autoriza a transferência dos territórios de marinha para ocupantes particulares, estados e municípios.

Esses terrenos de marinha são as áreas situadas na costa marítima, em uma faixa de 33 metros a partir de uma linha média do nível de maré que foi traçada em 1831. Atualmente, as praias pertencem à União e são geridas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Com a PEC, municípios e estados receberiam gratuitamente a posse dos terrenos onde houver construções de prédios públicos, enquanto os ocupantes particulares ficariam com a titularidade a partir de um pagamento.

Nesta segunda-feira (3), o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, declarou à im-



CONDOMÍNIO LARANJEIRAS - ambiente segue hostil para passagem de moradores dos arredores: muros e segurança privada de mansões dificultam o acesso

prensa que o governo é contra a PEC e vai trabalhar para derrubá-la na CCJ. "O governo vai participar ativamente [do debate]. [Da forma que está, o projeto], vai cercear o acesso da população brasileira e criar verdadeiros ambientes privados", disse Padilha.

Direito de ir e vir

Ambientalista, o deputado federal Nilto Tatto (PT-SP) lembra da similaridade do assunto com o debate sobre o uso dos espaços pela população a partir das privatizações dos parques públicos. "Se passar [as terras] para a Prefeitura e ela repassar a um ente privado, acaba a liberdade de uso desse espaço, é assim que se dá o processo de privatização", explica Tatto. "Além, evidentemente, do impacto ambiental e social que isso pode causar, e que ganha uma importância cada vez maior, na medida

que o nível do mar está subindo por conta do derretimento das geleiras por conta do aquecimento global", completa o deputado.

Fundador do Movimento Baía Viva, que existe desde a década de 80, o ecologista e gestor ambiental Sérgio Ricardo Potiguara comentou o caso do Condomínio Laranjeiras e aponta que, mesmo com o fato dos moradores terem conquistado na Justiça o direito à passagem pelo local, o ambiente segue hostil com muros que dificultam o acesso e seguranças privados que trabalham nas mansões.

Proteção ambiental

"É uma ameaça muito grande sobre a biodiversidade porque essas áreas concentram os manguezais, alguns desses rios, inclusive, servem para o abastecimento urbano de cidades de litorâneas, então, em todos os casos, com essa

legislação aprovada pelo Congresso, nós teremos retrocesso, seja com conflitos fundiários, seja na privatização do espaço público das ilhas e praias, que já têm ameaças aos seus ecossistemas", afirma Sérgio Ricardo. Para o gestor ambiental a PEC "é uma contradição com o direito ambiental brasileiro".

O deputado federal Nilto Tatto lembra que a tentativa de emular a PEC não é a primeira medida que o bolsonarismo coloca contra a conservação ambiental das regiões litorâneas. Na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, foram retiradas uma série de normas que protegiam manguezais e restingas. "Esses ataques são para atender uma pressão muito forte do setor imobiliário que quer avançar cada vez mais com os empreendimentos turísticos, não à toa que chamam de Cancún brasileira", comenta Tatto.

PROGRAMA DIGNIDADE MENSTRUAL JÁ ATENDEU 1,7 MILHÃO DE BRASILEIRAS

Nordeste é a região com maior número de beneficiadas; iniciativa é destinada a meninas, mulheres e demais pessoas que menstruam e vivem em situação de vulnerabilidade

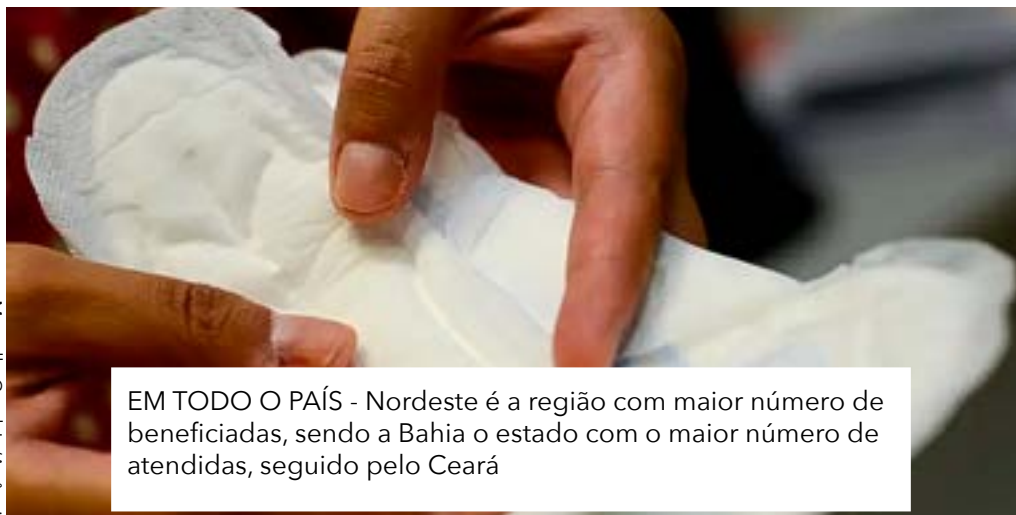
Agência PT

Na semana em que é celebrado o Dia Internacional da Dignidade Menstrual, data criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o objetivo de chamar atenção para a falta do acesso básico a produtos de higiene adequados, o Ministério das Mulheres apresentou um balanço sobre o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, o Dignidade Menstrual.

Segundo a pasta, de janeiro deste ano - início da distribuição - até agora, o programa já beneficiou 1.737.061 mulheres, meninas e outras pessoas que menstruam. A iniciativa garante a distribuição de absorventes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do Programa Farmácia Popular. Hoje, o Brasil conta com 31.192 unidades credenciadas.

O Nordeste é a região com maior número de beneficiadas, com um total de 1.077.465, sendo a Bahia o estado com o maior número de atendidas (210.639), seguido pelo Ceará, com 206.055 mulheres atendidas.

A segunda região com mais beneficiadas é a Sudeste, com um total de 416.148. Os estados da região que tiveram mais procura pelo programa foram São Paulo, com 166.132 meninas e mulheres favorecidas, e o Rio de Janeiro, que atendeu a 149.738.



EM TODO O PAÍS - Nordeste é a região com maior número de beneficiadas, sendo a Bahia o estado com o maior número de atendidas, seguido pelo Ceará

O Sudeste também é a região com o maior número de farmácias populares do país, totalizando 14.834.

A ação é destinada a meninas, mulheres e demais pessoas que menstruam, e que vivem em situação de vulnerabilidade. Os itens de higiene pessoal serão adquiridos em conformidade com as pessoas que forem beneficiárias de programas sociais e que estejam matriculadas na rede pública de ensino estadual, municipal ou federal, nas etapas do ensino fundamental ou do ensino médio, em todas as modalidades de ensino.

Além disso, devem estar registradas no CadÚnico, em qualquer das seguintes categorias: em situação de rua; ou em situação de pobreza, estejam recolhidas em unidades do sistema penal, cadastradas na ferramenta de coleta de dados do Sistema Penitenciário Brasileiro (Sisdepen); ou então que estejam

em cumprimento de medidas socioeducativas, cadastradas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Ligue 180

O canal de atendimento 180 passou a informar as usuárias também sobre o Programa Dignidade Menstrual. Pelo canal, é possível saber como funciona, quem tem direito ou, ainda, relatar dificuldade em retirar o item.

“Diante da identificação de qualquer violação, ou negativa de acesso ao programa identificada, é registrada a denúncia”, frisa a coordenadora-geral da Central, Ellen dos Santos Costa. Apesar de as informações terem sido acrescentadas neste mês, o Ligue 180 já registra denúncias relacionadas a questões menstruais. “Em nosso banco de dados, identificamos 77 denúncias no período de março de 2023 a março de 2024”, destaca.



A FRAGILIDADE DE ROCA SALES E PORTO ALEGRE ENSINADA POR SARTRE

Tarso Genro

São duas cidades relativamente distantes no mapa gaúcho que estão abaladas pelo mesmo e trágico destino. Ele envolve questões políticas imediatas e questões estruturais, dentro da própria formação e composição do território. O essencial e universal neste momento, todavia, é salvar vidas: minorar sofrimentos, estender a mão e não permitir que disputas e versões atrapalhem - dentro e fora do campo da esquerda - a solidariedade e a empatia que os povos podem construir em momentos de desastre.

A destruição parcial ou integral das cidades pela guerra, por

incêndios ou por fenômenos naturais - provocados ou não pelos seres humanos - é uma constante na História. Para nós, todavia, isso pode parecer distante e excepcional, pois o absurdo e o terror só se tornam reais quando eles batem à nossa porta. Este destino, contudo, tem responsáveis, mas sua busca não pode agora bloquear o essencial.

Sartre se referia à categoria da "fragilidade" quando se indagava sobre os absurdos da destruição, "quando o ser volta ao nada" e se esfuma como forma impalpável aos nossos sentidos imediatos. A fragilidade, todavia, está contida e alerta: tanto na estrutura da cidade que invadiu o equilíbrio natural, como nos laços que unem os humanos na sua socialidade cotidiana.

Nas grandes catástrofes que vitimaram as cidades no seu percurso milenar, duas constantes podem ser identificadas: a emergência da solidariedade perante a dor e perante a morte, bem como a emergência da desumanidade, que concorre com os movimentos solidários dos humanos e pode aniquilá-los. Esta ambivalência, que comunica o humano que escolhe entre alternativas, e a natureza - com suas leis previsíveis - é o território da catástrofe e da resistência.

A evidência da brutalidade do inimigo na guerra que ocupou a cidade conquistada - ou a força da natureza que gerou a dor coletiva - podem causar rupturas nas correntes de solidariedade interna da cidade destruída. E o fazem, tanto pela passagem de parte da comu-



Gustavo Mansur/Palácio Piratini

nidade da cidade para o apoio ao inimigo ocupante - unido com o puro e simples banditismo interno - ou pela emergência de um novo banditismo organizado.

O banditismo organizado interno é o mais fácil de enfrentar, a partir de mecanismos da legalidade não-natural - a "legalidade jurídica" criada pela socialização dos humanos - que é a única que pode bloquear a captura da cidade por esse banditismo organizado. Tanto para bloquear o inimigo ocupante como para relativizar as leis naturais que só permitem a sobrevivência do mais apto.

Tudo isso são traços da História, quando a diferenciação do interno com o externo eram verificáveis, empiricamente, mas isso muda quando temos ciência que o interno e o externo não existem mais: bandidos daqui são bandidos de fora que, pelas ginásticas logarítmicas, falam com as pessoas certas com mensagens certas e aproveitam as suas mentes fragilizadas pela perversão para minar a solidariedade e instaurar o mal absoluto.

Hoje, 11 de maio de 2024, circula nas redes especializadas em "Fake-News" um vídeo de um es-

tranho canalha que - virtual ou real - diz que as autoridades do Estado - em conluio com a China - estão causando deliberadamente a tragédia climática aqui no Sul, provocando artificialmente chuvas para gerar o caos, a morte e desesperança, visando os fins "políticos" de esquerda.

Essa é uma pequena e brutal demonstração da tara e da perversidade da extrema direita global, que monetizando a sua maldade absoluta pretende minar o exemplo magnífico de solidariedade que hoje atravessa o Rio Grande, - de sul ao norte - com a maioria das suas organizações políticas e representações da sociedade civil.

Um ensaio de Adson Cristiano Bolli e Ramatis Lima (Arquitexto, 131.04- ano 11 -abril 2011) cita um importante texto de Gadamer sobre a irreversibilidade da destruição das cidades, mencionando eventos históricos destrutivos nos episódios de Hiroshima, New York (incêndio de 1776), Dresden, Havre, mostrando que a reconstrução parcial das cidades - como deverá ocorrer aqui em várias regiões do Rio Grande - bem como a reconstrução total de cidades como Roca Sales e Eldorado, não farão as cidades retornar ao que eram.

Sobre as cinzas, cicatrizes e destroços dos espaços destruídos, as cidades não serão mais as mesmas, pois ela será sempre outra depois de um impacto de gravidade que atinge a sua alma e a sua materialidade lacerada. "Algumas partes quebradas e retorcidas" deverão ser expostas "como memória da cidade desaparecida", que permanecerá intacta na consciência dos que sobreviveram ao desastre.

O que vai perdurar é imaterial: os atos de bravura, a visão do outro como irmão, as memórias dos mortos e desaparecidos, a coragem dos destemidos, os campeões da solidariedade material e imaterial - civis e militares - que poderão ficar como "ethos" superior da outra cidade recomposta. Mas para que esta memória possa ser forte e livre, os destruidores do humano devem responder por seus crimes, para que o Estado de Direito mostre a grandeza das suas leis e as possibilidades da República e da Democracia, também em reconstrução no nosso país ainda adoentado pelo bolsonarismo odioso e pelo negacionismo climático.

(*) Tarso Genro foi governador do Estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, ministro da Justiça, ministro da Educação e ministro das Relações Institucionais do Brasil

“VAMOS APRESENTAR UM PROGRAMA DE GOVERNO QUE CHEGUE NO CORAÇÃO E NA MENTE DAS PESSOAS”

Décimo segundo filho em meio a treze irmãos, o deputado estadual João Carlos Coser (PT-ES) passeia com orgulho pela trajetória: cresceu na roça e viu o mar pela primeira vez aos 17 anos. A verve política apareceu logo cedo, dentro de casa, quando iniciou uma greve para reivindicar direitos trabalhistas na empresa da família, onde trabalhava em Vitória. Em entrevista à Focus, o hoje pré-candidato a prefeito da capital capixaba, fala sobre o futuro político da cidade e da conjuntura nacional

Fernanda Otero

João Coser quer tirar a capital capixaba do isolamento. No estado, o petista tem história para enfrentar o desafio: foi o quinto filiado a assinar a ata de fundação do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo. "O PT começou de baixo para cima, constituímos um partido dos trabalhadores mesmo", conta com orgulho.

Por meio do contato com a Teoria da Libertação e com os movimentos eclesiais de base, descobriu sua vocação para a militância. Determinado a continuar sua contribuição na construção partidária, representou o PT em eleições proporcionais e voltou à Assembleia Legislativa do Espírito Santo em 2022 com uma expressiva votação, recebendo votos suficientes para eleger ao menos quatro parlamentares. Técnico em contabilidade e bacharel em direito, considera-se um comerciante e um sindicalista com mandato de deputado.

Elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em 1987, quando exercia mandato como presidente da Central Única dos Trabalhadores do estado. Também foi presidente e vice-presidente do partido no estado, presidente do diretório municipal, além de membro do diretório nacional do PT e presidente do Sindicato dos Comerciantes do Espírito Santo. Elegeu-se deputado federal em 1995, tendo sido reeleito para um segundo mandato em 1999. Em 2004, candidatou-se a prefeito. Na eleição de 2008, elegeu-se para um segundo mandato já no primeiro turno.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

- Deputado, falando um pouco da sua trajetória, o senhor gosta de dizer que é um sindicalista com mandato de deputado. O que é ser sindicalista hoje no

Brasil?

- Olha, realmente sinto um grande orgulho pela trajetória que tive, principalmente porque nasci no interior do Espírito Santo, mais precisamente em Santa Teresa, na roça, como a maioria das pessoas de lá. Me mudei para a capital, onde trabalhei em uma loja de comércio e também em uma oficina. Mais tarde, me envolvi com o sindicato dos comerciantes e acabei por me tornar o primeiro presidente da Central

**ME REALIZEI
MUITO COMO SER
HUMANO, COMO
HOMEM, COMO
PESSOA, ATRAVÉS
DA MINHA ATUAÇÃO
SINDICAL.**

Única dos Trabalhadores aqui na região. Isso aconteceu durante os anos de 1984 e 1985, um período marcado pela efervescência do movimento sindical. Portanto, fui realmente privilegiado por estar no lugar certo, na hora certa. Testemunhei todo o crescimento do movimento sindical brasileiro, tanto rural quanto urbano. Assim, participei da fundação da Central Única dos Trabalhadores, engajado em todo o processo de debates, nas grandes assem-

bleias e nas grandes greves, o que foi extremamente gratificante. Durante minha gestão na CUT, por exemplo, conseguimos realizar, em um único ano, 56 paralisações, incluindo categorias e grupos menores, o que foi fundamental. Foi então que realmente me descobri como pessoa, após minha experiência na Igreja Católica, nas comunidades de base e no movimento popular, mas foi no sindicato que encontrei minha verdadeira vocação: defender ardorosamente os interesses e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. De fato, me realizei muito como ser humano, como homem, como pessoa, através da minha atuação sindical. Por isso digo, embora esteja sempre envolvido em outras atividades, minha cabeça não muda. Inclusive, durante meu período no Congresso, era o único deputado que tinha como profissão registrada 'comerciante'. Representava todos os trabalhadores, naquela ocasião, através de uma eleição que foi o resultado dessa organização sindical que impulsionou minha eleição, primeiro como deputado estadual, depois federal.

- Essas eleições já começam, antecipadamente, mascaradas por disseminação de mentiras, fake news. Mesmo como prefeito bem avaliado, áreas da saúde e segurança continuam como principais reclamações dos cidadãos. Com relação ao orçamento participativo e a questões centrais, o que apresenta o seu programa de governo?

- Estamos no processo de elaboração do programa de governo, iniciando as formalidades e realmente engajados em criar um plano eficaz. Estamos realizando debates nas regionais da cidade e coletando sugestões da população. Há um esforço técnico significativo em curso, que



incorpora o conhecimento científico das universidades, com a colaboração de diversos setores da sociedade, e ao mesmo tempo mantemos um canal aberto para ouvir a população. Portanto, esse é um grande foco de nossa elaboração. No que se refere à segurança, enfrentamos um desafio preocupante: Vitória ainda apresenta um índice de homicídios muito alto, infelizmente, superior ao de outras cidades, o que aumentou no último ano, diferente da tendência de outras cidades brasileiras. Esse tema de segurança será amplamente discutido, especialmente considerando as promessas de alguns candidatos, como um delegado que prometeu cuidar da segurança interna do próprio gabinete. Para nós, a segurança é um tema muito importante. Sobre a área da saúde, há negligências que precisam ser abordadas, tanto na atenção básica quanto nas especialidades. Implementamos um centro de especialidades médicas que oferece uma variedade de serviços e conseguimos reduzir

significativamente as filas. Hoje, enfrentamos problemas, como longas esperas para exames especializados e consultas, em que alguns casos, a espera por atendimento chega a durar três anos. Perto do final do mandato, percebemos algum movimento para tentar corrigir isso. Além disso, existem recursos federais disponíveis para Vitória que não estão sendo efetivamente aproveitados pela administração municipal na melhoria da saúde pública. Esses, além de outros temas, representam um grande desafio. A atual gestão não tem marca. A própria pesquisa revela que ele não alcançou nenhuma marca de sucesso, nem realizou obras notáveis. No entanto, ele é bastante eficaz no que poderíamos chamar de maquiagem urbana, como o recapeamento asfáltico, a instalação de brinquedos nas praças e a manutenção de parques e jardins nas áreas mais nobres. Ela gerencia essa 'maquiagem' com habilidade, embora careça de obras estruturantes que tenham impactado

significativamente qualquer parte da cidade. Apesar disso, ele recebe uma avaliação positiva, o que é um fato. Portanto, precisamos destacar a realidade, fazer comparações, inclusive destacar as diferenças entre o que fizemos e o que ele está fazendo. Realizamos várias obras importantes e estruturantes, criamos vias significativas como a Via Fernando Ferrari, e construímos uma bela ponte estaiada. Nos empenhamos intensamente no saneamento básico, incrementando a coleta de esgoto de 56% para 100% durante nossa administração, introduzimos estações de tratamento e alcançamos a coleta e tratamento integral. Fizemos um amplo trabalho de drenagem em três pontos críticos que frequentemente inundavam e causavam dificuldades em Vitória, problemas estes que conseguimos superar. Assim, deixamos marcas significativas de trabalho estruturante que transformaram o perfil da cidade. O atual prefeito, por outro lado, parece focar apenas no dia a dia, gerenciando



Ricardo Stuckert

bem os aspectos cotidianos da cidade, mas acabou isolando-a politicamente. Ele não mantém relações com o governo federal ou com o governo estadual devido a divergências políticas e uma crítica que fez, insinuando corrupção no Palácio Anchieta, o que deteriorou a relação com o governador. Desde então, o prefeito e o governador raramente se falam. Então, é uma prefeitura, uma cidade isolada, não se relaciona com os entes federados, União, Municípios e Governo do Estado, e também não se relaciona muito com a classe política. É questionável se essa abordagem é eficaz. Ele parece saber como captar a atenção e a aprovação da população, que parece se contentar com uma gestão que mantém as coisas como estão, enquanto outras cidades do entorno, como Serra, Vila Velha e Cariacica – todas maiores do que Vitória e com relações estreitas com o governo estadual e federal – estão recebendo mais recursos e desenvolvendo-se rapidamente. No momento, o Vitória não está avançando.

VITÓRIA PARECE ESTAR ESTAGNADA, À ESPERA DE UM PREFEITO CAPAZ DE INTERAGIR DE MANEIRA EFICAZ COM O GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL

- O seu nome aparece entre os favoritos dos eleitores nas

pesquisas espontâneas da cidade. A que o senhor atribui como gancho de sua aprovação?

- Eu não tenho dúvida de que o trabalho realizado durante meus mandatos como prefeito e deputado foi importante. Eu tenho essa característica, e sou o único candidato com habilidades excepcionais para estabelecer relações de forma eficiente com o governo federal. Conheço pessoalmente o presidente Lula, ministros e diversos membros do governo, além de manter uma excelente relação com o governador Renato Casagrande e sua equipe. Portanto, é nítido que Vitória parece estar estagnada, à espera de um prefeito capaz de interagir de maneira eficaz com o governo estadual e federal para realizar muitas melhorias. Por essa razão, é essencial apresentar um plano de governo arrojado que, uma vez aprovado pela sociedade e eleito, possa ser colocado em prática. Conto com o respaldo do governador e do presidente, o que realmente faz diferença. Durante a campanha, destacamos esse ponto como

uma vantagem crucial para votar em um projeto que representarei. No entanto, lógico, sou uma pessoa muito democrática e reconheço a diversidade de motivos que guiam o voto de cada cidadão. Espero que os eleitores compreendam por que considero que tenho as condições ideais para fazer mais pela cidade do que os demais candidatos, exatamente por essa habilidade de estabelecer relações. Quando fui prefeito de Vitória, sempre mantive ótimas relações, não só localmente, mas também fui presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, o que evidencia essa capacidade de articulação e interlocução. Eu era o representante das 440 maiores cidades do Brasil perante o presidente da República e os ministérios. Considero isso como uma marca pessoal, mas reconheço que, naturalmente, será submetido ao escrutínio da sociedade e ao voto dos cidadãos.

- O bolsonarismo deixou cicatrizes sociais ainda, digamos, vivas. Qual sua estratégia para combater esse projeto de política de extrema-direita que segue em curso?

- A campanha eleitoral será fundamental para expor as contradições da atual gestão. Muitas falhas, ações não realizadas e oportunidades perdidas precisam ser destacadas. Um exemplo disso é a situação da Covid. A pandemia nos pegou de surpresa, perdemos muitas vidas devido a orientações equivocadas e posturas inadequadas do presidente e seus seguidores na época. O prefeito de Vitória sempre foi um seguidor declarado e fervoroso do Bolsonaro, e até hoje, se declara um apoiador dele. O grande problema, para aqueles que não o conhecem, é que ele é uma figura com pouca empatia e sensibilidade humana,

sem compaixão. Vitória é uma cidade muito próspera, porém abriga uma população miserável que é ignorada. O número de pessoas em situação de rua está crescendo de forma alarmante, como Vitória é uma cidade pequena, cada indivíduo conta, temos como cuidar. Diferentemente de São Paulo, aqui mil pessoas significam uma grande parcela da população. É essencial ter-

O PREFEITO DE VITÓRIA SEMPRE FOI UM SEGUIDOR DECLARADO E FERVOROSO DO BOLSONARO, E ATÉ HOJE, SE DECLARA UM APOIADOR DELE.

mos um líder com compaixão, alguém que veja cada cidadão como um ser humano que merece cuidado e considere investir mais nas comunidades menos favorecidas. Atualmente, vemos grandes investimentos em obras como recapeamento asfáltico, um contrato milionário, enquanto a periferia carece de novas construções habitacionais e unidades de saúde. A discrepância entre regiões ricas e pobres é evidente, com a cidade perifé-

rica demandando mais atenção e investimentos, é aí que mora a minha preocupação, elaborar um programa de governo robusto para atender às necessidades mais urgentes dessa parcela da população. Nosso compromisso é cuidar com carinho e amor de todas as áreas da cidade, mas sabemos que precisamos dedicar uma atenção especial às áreas mais necessitadas. Melhorando a situação da periferia, teremos uma cidade ainda mais próspera e igualitária, beneficiando a todos. Essa é a diferença. Essa abordagem visa aprimorar a qualidade de vida de toda a população, e aí entra o coração. Precisa de coração. A atual gestão é muito distante, opera de forma mecânica, sem a compaixão necessária para lidar efetivamente com as questões humanas.

- Existe uma união progressista em torno da sua candidatura? Como é que o senhor está trabalhando as alianças?

- Olha, sou uma pessoa de fé e otimista por natureza. Estou em constante diálogo com várias pessoas, sem qualquer aliança formal estabelecida no momento. Dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), apresentei minha candidatura, assim como outros candidatos já se lançaram, como pré-candidatos do PSB, PSOL, PSDB e até do Podemos. Temos diversas candidaturas em nosso campo político, mas estamos em diálogo contínuo entre nós, visando construir um compromisso para, caso avancemos para o segundo turno, conseguirmos apoio de vários grupos. Sou otimista em relação a possíveis alianças no primeiro turno e, pessoalmente, estou aberto até mesmo a alianças com a base do governo do Estado, liderada pelo governador Casagrande, que é do PSB, estou trabalhando isso com muito respeito. No se-



gundo turno, faremos um grande movimento em defesa da cidade para alcançarmos a vitória. Considerando que a eleição tem dois turnos e, até agora, já contamos com sete pré-candidatos, observamos um ambiente bastante positivo entre nós, no campo democrático. O governador Casagrande, que possui uma base política ampla que vai desde o PT até o Podemos, unindo outros partidos como União Brasil, PSD, PSDB, demonstra essa variedade dentro de nosso campo político.

- O PT tem um projeto de ampliar o número de prefeituras no Brasil. Como o senhor pretende participar das campanhas em outros municípios do estado?

- Sou extremamente focado. Considero que estou sendo direcionado para uma missão na região sudeste, concorrendo a uma prefeitura de uma capital. Não tenho muito tempo para olhar para o lado... Naturalmente, prestarei solidariedade aos companheiros, não apenas do PT, mas também de nossos aliados. Obtive uma expressiva votação para deputado, sendo o tercei-

ro mais votado, com um total de 58 mil votos; 14 mil votos seriam suficientes para eleger um deputado com legenda. Desta forma, conquistei votos equivalentes aos necessários para eleger quase quatro deputados. No interior, foram 18 mil votos, suficientes para garantir uma vaga. Nesse sentido, devo prestar atenção total aos meus eleitores, eles merecem meu foco durante o período de pré-campanha. Estou envolvido na organização das chapas de vereadores, no planejamento das candidaturas, nas alianças partidárias e contribuindo politicamente como líder partidário. Como vice-presidente do partido e deputado, estou concentrado nessas tarefas no momento. No decorrer da campanha, pretendo dedicar-me integralmente às eleições em Vitória, apresentando um programa de governo sólido, pautado em um debate digno e propositivo, mantendo sempre uma conduta correta, como sempre fiz. Ao longo de toda minha trajetória, sendo filiado ao Partido dos Trabalhadores desde seu início, sendo o quinto filiado em Vitória, em meu sé-

timo mandato, nunca abri mão dos princípios da honestidade e da retidão. Desejo manter o mesmo padrão de conduta e postura, buscando a vitória de forma transparente, com as pessoas compreendendo que, ao assumir a prefeitura, tenho capacidade para fazer mais, fazer melhor e, sobretudo, garantir uma gestão inclusiva. Você citou o orçamento participativo, eu falei pouco sobre isso, mas quando vencemos as eleições, iniciamos reuniões em 80 bairros de Vitória, coletando demandas e sugestões da população. Posteriormente, realizamos um congresso com 650 delegados, onde ouvimos representantes de diversos setores. Consolidamos as demandas e trabalhamos durante oito anos para atender aos anseios da cidade de forma harmoniosa. Essa experiência foi gratificante, e espero recriá-la, com ajustes para o modelo atual, onde as redes sociais permitem uma participação ainda maior da comunidade, até mesmo em consultas virtuais sobre projetos e ideias. Tenho o desejo de retomar alguns aspectos e aprimorar outros.

MP ACIONA TCU PARA INVESTIGAR MANIPULAÇÃO DE DADOS NA DEFINIÇÃO DOS JUROS DO BC

“A análise do tal Boletim Focus, que só ouve bancos e corretores, indica a atuação de um cartel criminoso que faz projeções pessimistas da inflação para pressionar os juros”, reagiu Gleisi. “O BC de Campos Neto vai terminar como um caso de polícia”

Agência PT

A forte ação política do presidente do Banco Central (BC) Roberto Campos Neto para segurar os juros nas alturas torna-se cada dia mais perigosa para as perspectivas de crescimento econômico do país. Agora, uma suspeita de desvio de finalidade recai sobre a atuação do Comitê de Política Monetária (Copom). O comitê teria utilizado o Boletim Focus, que faz as projeções semanais da inflação, para manipular dados, provocar alvoroço no mercado e, com isso, segurar a taxa de juros no patamar elevado em que se encontra, de 10,50%.

Após denúncia feita pelo economista Eduardo Moreira, do

Instituto Conhecimento Liberta (ICL), o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) entrou com uma representação interna para “adoção das medidas necessárias a identificar eventuais desvios de finalidade pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na definição da taxa Selic”.

O documento, assinado pelo subprocurador-geral do MPTCU, Lucas Furtado, destaca a “grande influência” das projeções do Boletim Focus, “elaborado a partir de pesquisas macroeconômicas realizadas por diversas instituições, tais como bancos, consultorias, corretoras”. Ainda segundo Furtado, instituições “podem ter interesse na manipulação do índice para ganhos próprios e

privados indevidos e em prejuízo aos interesses públicos e ao erário”.

“Ofereci em ocasião anterior junto a essa Corte de Contas representação com o objetivo de que o TCU adotasse medidas tendentes a conhecer e avaliar as consequências positivas e negativas ao erário, especialmente aos cofres públicos da União, diante da manutenção da taxa Selic pelo Banco Central em patamares elevados, assim como conhecer e avaliar se consideram os riscos fiscais do país, diante da interdependência entre a política fiscal e monetária”, ressalta, ainda, o subprocurador.

Agentes do mercado questionam peso do Boletim Focus

Na semana passada, o jornal Valor Econômico publicou reportagem revelando que agentes do mercado vinham questionando a influência das projeções do Boletim Focus sobre as decisões do colegiado quanto aos rumos da política monetária. Nesta quarta-feira (29), o diário voltou ao assunto, por ocasião da representação de Furtado junto ao TCU.

“Para alguns agentes, o mercado tem embutido nas projeções prêmios de inflação elevados, o que se intensificou após a divisão do Copom na decisão de juros do início deste mês e que ajuda a contaminar a média das estimativas”, diz um trecho da matéria. “A projeção máxima para o IPCA em prazos mais distantes (2026 e 2027), por exemplo, pulou para 8% nas últimas semanas”, informa o jornal.

“As expectativas de inflação registradas no Focus estão subindo nas últimas semanas, se distanciando da meta de 3% ao ano em 2024, 2025 e 2026”, constatou a reportagem.

SOBRE AS SAIDINHAS

A Ordem dos Advogados do Brasil informou que irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a lei aprovada pelo Congresso que proíbe as chamadas “saidinhas” dos presos. A OAB quer que seja reativado o direito de visitas dos detentos às famílias em datas comemorativas. Recentemente, o presidente Lula vetou o trecho do projeto que tratava da proibição das saídas, mas o veto foi derrubado na semana passada pelos parlamentares. Segundo a entidade, o pedido deve ocorrer até a próxima quarta-feira (5). A sugestão para a ordem dos advogados é que os presos em regime semi-aberto que estejam aptos ao benefício possam deixar os presídios com tornozeleiras eletrônicas.



Reprodução

REABERTURA DO AEROPORTO EM POA

Após um mês fechado, o aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, passou por uma vitória para o início dos trabalhos de recuperação da infraestrutura afetada pelas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio. A expectativa é que ele seja reaberto após a segunda quinzena de dezembro, segundo a concessionária Fraport Airport. O ministro Paulo Pimenta, secretário Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, juntamente com técnicos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), participaram da vistoria.

TAXAÇÃO DAS COMPRINHAS

O ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, afirmou nesta segunda-feira (3) que o governo irá defender no Senado o mesmo texto aprovado na Câmara para o projeto que taxa compras internacionais. A alíquota de 20% sobre o e-commerce estrangeiro afeta sites asiáticos como Shein e Shopee, bastante utilizados no Brasil, e foi colocada como um dispositivo dentro do PL do Mover, que é o Programa de Mobilidade Verde e Inovação. Assim, a ideia é encerrar a isenção de tributação federal para esse tipo de compras estrangeiras em até US\$ 50. De acordo com Padilha, outras emendas que não foram combinadas com o Planalto e incluídas pelos deputados devem ser suprimidas ou vetadas. “Nós vamos analisar junto com os senadores”, comentou o ministro. No Senado, o relator da proposta deve ser Rodrigo Pacheco; segundo os senadores o projeto chegou na Casa repleto de jabutis.

POLÍTICA NACIONAL DE FRONTEIRAS

Nesta segunda-feira (3), foi instituída a Política Nacional de Fronteiras (a PNFron). O decreto publicado no Diário Oficial da União apontou também a criação do Comitê Nacional de Fronteiras que, dentre os principais pontos, será responsável por propor mecanismos de cooperação entre os órgãos e as entidades governamentais, setor privado e a sociedade civil para o controle migratório, turismo, preservação do meio ambiente, regularização fundiária e urbana, ensino, pesquisa e tecnologia, assistência consular e vigilância sanitária. Com uma política com quatro eixos contendo: desenvolvimento sustentável, integração regional, segurança, além de englobar o campo da cidadania e direitos humanos, o programa define como áreas de fronteiras as faixas internas de 150 quilômetros de largura além dos limites estabelecidos.



Lula Marques/Agência Brasil

CARMEN LÚCIA NO TSE

Tomou posse como presidente do Tribunal Superior Eleitoral, nesta segunda-feira (3), a ministra Cármen Lúcia. É a segunda vez que ela preside a Corte Eleitoral. Em seu discurso, a presidente do TSE destacou que “a mentira será combatida” ao falar sobre o tom de sua gestão à frente do tribunal. O ministro Alexandre de Moraes, seu antecessor, fez um discurso no qual afirmou que a ministra Cármen Lúcia irá assegurar que as eleições municipais de 2024 sejam “livres, seguras e transparentes”. A cerimônia foi realizada na sede da Corte Eleitoral, em Brasília, com a presença de diversas autoridades, entre eles o presidente Lula.



A MEDICINA COMO FERRAMENTA PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

“Vejo a prática da medicina em si como uma ferramenta para a promoção e para a proteção dos direitos humanos”

Dra. Tlaleng Mofokeng*

Quando fui nomeada relatora especial da ONU sobre o mais alto padrão possível de saúde física e mental – nomeada durante a pandemia da Covid-19 – quis destacar e promover uma compreensão de como a “colonialidade”, o racismo e a discriminação estrutural têm um impacto no direito à saúde e no acesso aos cuidados clínicos no nível dos sistemas de saúde. Quis ressaltar o efeito desses condicionantes no acesso à saúde.

A “colonialidade”, um concei-

to cunhado por Walter Mignolo, por volta de 1995, refere-se aos legados vivos do colonialismo europeu nas ordens sociais e nos sistemas de conhecimento, que criaram hierarquias raciais que permitem a discriminação social que sobreviveu ao colonialismo formal. É com isto em mente que a defesa da institucionalização intencional do anti-racismo nos sistemas de arquitetura de saúde pública – e, portanto, da igualdade na oportunidade de concretizar o direito à saúde para todos – se torna um dos principais focos do legado que pretendo deixar como relatora especial.

Eliminar a discriminação na

prática da medicina exige prestar atenção suficiente aos grupos de indivíduos que sofrem preconceitos históricos ou persistentes, em vez de apenas comparar o tratamento formal de indivíduos em situações semelhantes. Defendo a aplicação do quadro do direito à saúde, isto é, aceitabilidade, acessibilidade, preços acessíveis e cuidados de qualidade, para aprofundar a compreensão do impacto negativo da “colonialidade”, do racismo e das estruturas opressivas incorporadas na arquitetura global da saúde, que afeta desproporcionalmente as pessoas negras, as comunidades indígenas e outros

grupos que são racialmente discriminados no Sul Global.

Esta é uma medida necessária para garantir uma compreensão diferenciada e para fazer uso de um poder coletivo para conquistar a liberdade para todas as pessoas oprimidas.

Também reflito mais sobre o que o Relator Especial sobre as formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias conexas discutiu em seu relatório de 2018. Nesse relatório, ele discutiu a importância de uma abordagem interseccional à discriminação racial no contexto da leis de cidadania, nacionalidade e imigração que tenham em conta os efeitos combinados e diferenciais do sexo e do gênero, entre outros fatores, e observou que os Estados continuaram a aplicar leis patriarcais que utilizavam a discriminação baseada no gênero para provocar a exclusão racial, étnica e religiosa.

Os Estados devem cumprir as normas internacionais de direitos humanos ao implementarem leis e políticas relativas à cidadania, à nacionalidade e à imigração, e devem cumprir as suas obrigações para alcançar uma igualdade racial substantiva.

Enfatizo a necessidade de colocar a igualdade substantiva no centro da operacionalização do direito à saúde. Isto requer um compromisso inequívoco com a realização dos princípios universais dos direitos humanos, tal como consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e noutros instrumentos internacionais de direitos humanos, incluindo o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a Declaração e Programa



de Ação de Durban.

A igualdade substantiva procura abordar a discriminação estrutural e indireta e tem em conta as relações de poder. Reconhece que o “dilema da diferença” envolve tanto ignorar quanto reconhecer as diferenças entre os seres humanos, a fim de alcançar a igualdade.

No meu mandato, analiso como “o gênero atinge a deficiência; a deficiência envolve a classe; tensões de classe contra o abuso; o abuso envolve a orientação sexual; e a orientação sexual se dobra sobre a raça, com tudo finalmente se acumulando em um único corpo humano”. Em particular, presto atenção e menciono como o poder se move e muda através das pessoas, levando a um acesso diferenciado a bens, instalações e serviços e, portanto, compreendo com nuances os obstáculos que se colocam entre os indivíduos e o gozo dos direitos de saúde sexual e reprodutiva. Estes obstáculos estão inter-relacionados e enraizados, operando em diferentes níveis: nos cuidados clínicos, no nível dos sistemas de saúde e nos determinantes sociais e subjacentes da saúde.

Aplico uma abordagem de ciclo de vida ao meu trabalho, prestando especial atenção a grupos em situações vulneráveis ou que historicamente foram

sujeitos a discriminação. Além disso, continuarei a prestar atenção à questão da criminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo; entre seres transdiversificados ou transgêneros; assim como ao aborto; trabalho sexual; e estado de saúde, como nos casos de HIV positivo ou dos diagnósticos de infecção por Covid-19.

O direito à saúde está intimamente relacionado e depende da realização de outros direitos humanos, incluindo os direitos à vida, à não discriminação, à igualdade, à proibição da tortura, à privacidade, ao acesso à informação e às liberdades de associação, reunião e movimento. Estes e outros direitos e liberdades abordam componentes integrais do direito à saúde.

Cada um de nós merece que os nossos direitos sejam respeitados, protegidos e defendidos. Para isso, temos de garantir que todas as soluções que concebemos – desde cuidados clínicos, investigação, reformas legislativas e políticas até mudanças nas práticas de aquisição, iniciativas de saúde pública e financiamento – estejam centradas na restauração da dignidade das pessoas.

Dra. Tlaleng Mofokeng (MBChB), relatora especial da ONU sobre o direito à saúde. Este artigo foi escrito especialmente para a edição 119 do boletim semanal do Washington Brazil Office



MUITO ALÉM DA PICANHA: ECONOMIA VAI MUITO BEM APESAR DAS FAKE NEWS

Para quem ainda insiste em dizer que o Brasil não vai bem, a Revista Focus foi buscar as respostas diretamente na fonte, mais precisamente com Guilherme Mello, economista, professor e atual secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

Henrique Nunes

A guerra contra a fome, iniciada por Lula logo após assumir a Presidência da República pela primeira vez em 2003, literalmente tirou o Brasil da miséria. Foram mais de 10 anos de avanços contínuos, com geração de emprego, distribuição de renda e, claro, muita comida no prato da população.

Daí veio o golpe contra a Dilma, a pauta neoliberal, a retirada de direitos, o desmonte de pro-

gramas sociais. Daí veio Jair Bolsonaro. O ex-capitão saiu pela porta dos fundos, deixando um rastro de destruição que ainda assombra a vida de milhares de brasileiros e brasileiras. O povo reagiu. Lula voltou. O Brasil está novamente nos trilhos.

Passados apenas um ano e meio do início de sua terceira gestão, já há muito o que comemorar. Sobretudo na Economia. Com Fernando Haddad no comando do Ministério da Fazenda, o país tem conseguido quitar o rombo deixado pelo governo Bolsonaro ao mesmo tempo em

que coloca em prática medidas como controle de juros, redução de impostos e programas para que o contribuinte acerte sua vida financeira.

Para quem ainda insiste em dizer que o Brasil não vai bem, a Revista Focus foi buscar as respostas diretamente na fonte, mais precisamente com Guilherme Mello, economista, professor e atual secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. De maneira clara e com o respaldo dos números, Mello lista algumas das provas de que a qualidade de vida da população

já está melhor. Até a picanha está mais em conta. E é só o começo.

Calote de Bolsonaro

O Projeto de Lei Orçamentária enviado pelo próprio governo Bolsonaro já previa este déficit de R\$63,5 bilhões em 2023. Porém nesse projeto não havia previsão de recursos nem para o Bolsa Família (rebatizado à época de Auxílio Brasil), no valor de R\$600, nem para os gastos com benefícios previdenciários. Então, se incluir esses recursos prometidos por ele em campanha, já chega a um déficit de R\$138 bilhões. O que a gente está tentando mostrar é a situação em que o governo anterior deixou as contas públicas, com gastos imprevistos e calotes nos estados. Mesmo assim conseguimos recuperar receitas com medidas como combate aos privilégios e combate às distorções do sistema tributário.

O povo já sente melhorias

O desempenho do ponto de vista fiscal tem sido positivo em particular graças às ações que nós temos tomado para recompor receitas é recompor a base fiscal do estado brasileiro, e fazendo isso sem aumentar imposto, combatendo distorção e privilégios, nós já estamos promovendo uma recuperação expressiva da receita tributária que é na verdade a base do financiamento das políticas públicas.

Outro ponto muito importante é o impacto das políticas públicas na vida das pessoas. Hoje, nós estamos com um desemprego mais baixo na série histórica depois de muito tempo, com o recorde máximo de massa salarial, o rendimento voltando a crescer, ano passado 3 milhões de pessoas saíram do Mapa da Fome, e nós tivemos uma queda

Reprodução Fazenda



O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello

muito expressiva da inflação em 2023. O poder de compra das pessoas está aumentando, o salário mínimo voltou a crescer, nós isentamos o Imposto de Renda de quem ganha até dois salários mínimos.

Desenrola e Acredita

Tem uma série de ações no campo social e no campo econômico que estão produzindo resultados que impactam diretamente na vida das pessoas, seja aumentando emprego, aumentando renda, aumentando crédito. Mesmo com a taxa de juros elevada, nós fizemos Desenrola, o Acredita, entre outros programas que estão mudando a vida das pessoas. Medidas como essas estão tirando o brasileiro da inadimplência e consequentemente a buscar novos rendimentos.

Mas e a picanha?

Durante o governo Bolsonaro, as carnes aumentaram mais de 60%. Já no primeiro ano do governo Lula, em 2023, a carne em geral acumulou queda de 9,26%. Foi o primeiro ano com deflação. A picanha em particular teve queda de 9,5%. Só para você ter uma ideia o IPCA, que mede a inflação, calcula 18 diferentes cortes de carne. 17 desses cortes apresentaram queda somente no primeiro ano. Isso tem influência

de fatores como aumento do poder de compra da população. Ao longo desse último ano e meio, o salário mínimo teve aumento real, ou seja, aumentou a renda do trabalho dos brasileiros.

Crédito na praça

Neste período, houve também uma ampliação rigorosa na oferta e contratação de crédito, o fazendo a economia movimentar. Com programas para sair da inadimplência e a possibilidade de investir, seja na vida pessoal ou nos negócios, é evidente que isso tem gerado melhorias significativas. Mas outros fatores ainda levam mais um tempo para serem percebidos. Isso não é de um dia para o outro.

Dá para ver

Há uma disputa política que dificulta a compreensão da realidade e tudo acaba virando alvo de mistificações ou de fake News. Mas eu acho que os efeitos da política econômica na vida das pessoas já começam a ser sentidos e todos os dados mostram isso: emprego, renda, crédito, qualidade de vida, acesso a alimentos, possibilidade de financiamento. Tudo isso começa a ser recuperado. Desde o ano passado, em virtude desse conjunto de ações, a população já dá sinais claros desses avanços.



ELEIÇÃO DA 1ª PRESIDENTA MEXICANA É SAUDADA PELA ESQUERDA DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL

Claudia Sheinbaum recebeu entre 58,3% e 60,7% dos votos nas eleições de domingo (2), afirma Instituto Nacional Eleitoral (INE). “Estou muito feliz com a vitória da Claudia Sheinbaum”, festejou Lula

Agência PT

P principal autoridade das eleições no México, o Instituto Nacional Eleitoral (INE) deu a histórica corrida presidencial como vencida pela candidata progressista Claudia Sheinbaum, correligionária do atual presidente, Andrés Manuel López Obrador, ambos do Movimento de Regeneração Nacional

(Morena). De acordo com o INE, no pleito do último domingo (2), ela obteve entre 58,3% e 60,7% dos votos, mais que o dobro da segunda colocada, Bertha Xóchitl Gálvez, que conquistou entre 26,6% e 28,6% do eleitorado. Sheinbaum será a primeira presidenta mexicana da história.

A vitória da candidata do Morena foi recebida com regozijos pela esquerda brasileira e latino-americana. Por meio do “X”, o presiden-

te Lula saudou a chegada da nova presidenta. “Estou muito feliz com a vitória da Claudia Sheinbaum, por ser uma mulher progressista à frente da presidência do México, uma vitória da democracia, e pelo meu grande companheiro López Obrador, que fez um governo extraordinário”, comemorou.

“Eu pretendo viajar ao México este ano para fortalecer nossas relações comerciais. Somos as duas maiores economias da América

Latina e podemos ter um maior fluxo entre os empresários de ambos os países”, completou.

A primeira-dama do Brasil, Janja Lula da Silva, também celebrou a eleição sem precedentes de Sheinbaum no México. Janja ressaltou o currículo de peso da futura governante e desejou boa sorte a ela. “Começando a semana com uma ótima notícia! O México elegeu nesse domingo sua primeira presidenta”, festejou, nas redes sociais.

“O México é um país grandioso e importantíssimo em nossa região. Com uma ampla história de luta de seu povo, e principalmente das mulheres mexicanas, esse novo capítulo nos inspira e fortalece na luta por mais mulheres na política. Parabênzulo as mexicanas e os mexicanos e desejo sucesso à nova presidenta”, concluiu.

PT no México

A presidenta nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), aplaudiu o povo mexicano por eleger a primeira mulher à presidência do país. Gleisi, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) e a secretária executiva do Foro de São Paulo, Monica Valente, acompanharam in loco as votações de domingo, como observadores do Grupo de Puebla, convidado para assegurar a transparência do processo democrático.

Diretamente do México, a parlamentar enalteceu a ascensão das mulheres latino-americanas ao poder. “Parabéns ao povo mexicano pela expressiva vitória de Claudia Sheinbaum, primeira mulher presidenta do México! Parabéns, presidente López Obrador, parabéns ao campo democrático e progressista e, sobretudo, parabéns às mulheres por essa conquista!”, publicou, em seu perfil no “X”.

Por meio de nota, o PT celebrou a votação expressiva recebida por Sheinbaum e a participação em

massa da população nas eleições. O partido recebeu positivamente a vitória da primeira presidenta da história do México e lembrou do comprometimento da candidata do Morena com as questões ambientais.

“O resultado desta atividade cidadã e popular: a vitória histórica da primeira mulher a presidir o México! Uma presidenta progressista, comprometida com a continuidade das transformações em andamento e com o tema da mudança climática”, parabeniza a legenda.

“Saúdamos a companheira Claudia Sheinbaum e a coalizão ‘Juntos Faremos História (Morena, PT e PVEM)’ pela expressiva vitória nas urnas e ao povo mexicano pela grande participação”, afirma.

Claudia é América Latina

Os ex-presidentes Alberto Fernández, da Argentina, e Evo Morales, da Bolívia, exaltaram a vitória contundente de Sheinbaum e seu significado para a América Latina. Eles participaram das eleições mexicanas também na condição de observadores do Grupo de Puebla.

“Tive o privilégio de poder abraçar aquela que será a nova presidenta deste querido país, nossa querida Claudia Sheinbaum. Tive a honra de estar junto dela e de sua equipe recebendo os primeiros resultados. Uma mulher progressista continuará no México a enorme tarefa que iniciou meu querido López Obrador”, publicou Fernández, na rede “X”.

Morales, por sua vez, elogiou o comprometimento e a humildade de Sheinbaum. “Compartilhamos a alegria da sua vitória com Alberto Fernández, com Marco Enríquez-Ominani, com Mario Delgado, presidente do Morena, com Alberto Anaya, presidente do Partido do Trabalho, e com outros. Claudia é América Latina. Obrigado ao irmão López Obrador, por ser a re-

serva moral da humanidade”, exaltou o ex-presidente boliviano.

Também pelas redes sociais, o presidente do Chile, Gabriel Boric, disse esperar que a escolha por Sheinbaum influencie os demais países da região a fazerem o mesmo. “Parabéns a Claudia Sheinbaum por se tornar a primeira mulher presidenta do México! Espero que sua liderança e seu programa de progresso social inspirem a região e continue nos unindo como países irmãos. Um abraço a todo povo mexicano.”

Primeira presidenta

Conhecida como “a Doutora”, pelas credenciais acadêmicas que ostenta, e como “dama de gelo”, pela frieza com que travou os debates presidenciais, Sheinbaum, 61 anos, ingressou na política em 2000, nomeada chefe da Secretaria de Meio Ambiente da prefeitura da Cidade do México. O prefeito, à época, era López Obrador. Desde então, ela cresceu no cenário político, destacando-se pelo amparo aos mais vulneráveis e pela liderança nas questões ambientais.

“Nossa obrigação é e sempre será cuidar de cada mexicano sem distinção”, enfatizou a presidenta eleita, em discurso, na manhã desta segunda. “Embora muitos mexicanos não concordem totalmente com nosso projeto, teremos que caminhar em paz e harmonia para continuar construindo um México justo e mais próspero.”

Por um lado, a vitória de Sheinbaum representa a continuidade dos avanços sociais produzidos pelo governo do presidente López Obrador, como a redução da pobreza e da fome no México. Por outro, sinaliza alteração relevante na governança de um país majoritariamente católico e de cultura marcadamente patriarcal, a exemplo do Brasil. O México detém a segunda maior economia da América Latina.



01 de junho de 1964

NOVA LEI ANTIGREVE GOLPEIA SINDICATOS

A Lei nº 4.330, conhecida como Lei Antigreve, é aprovada pelo Congresso e sancionada pelo general presidente Castelo Branco. Tornou praticamente impossíveis as paralisações de trabalhadores, tantas eram as exigências previstas no texto. Uma paralisação teria de ser aprovada pelo voto secreto de dois terços da categoria em dois turnos, com intervalo de um mês entre eles.

Uma das primeiras medidas do regime militar foi o banimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organização intersindical nacional influenciada pelo PTB e pelo PCB que tinha grande poder de mobilização dos trabalhadores urbanos. Sindicatos importantes sofreram intervenção, dirigentes foram depostos, demitidos e presos, quebrando a espinha do movimento sindical.

O Brasil só voltaria a ter uma organização intersindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), 19 anos depois.



01 de junho de 2010

2ª CONCLAT UNIFICA LUTA DO TRABALHADOR

Acontece em São Paulo a 2ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), promovida por cinco das principais centrais sindicais do Brasil. Quase 30 anos após a primeira edição, o evento leva ao estádio do Pacaembu cerca de 30 mil trabalhadores e trabalhadoras de todo o país, de diversas categorias e ramos de atividade econômica, além de representantes de movimentos sociais, dos trabalhadores do campo e de aposentados e pensionistas.

Organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Força Sindical e Nova Central Sindical dos Trabalhadores, a conferência simbolizou a força da unidade da classe trabalhadora.

Realizada quatro meses antes das eleições presidenciais, a Conclat produziria um docu-

mento com cerca de 250 itens. Mais do que tratar de questões especificamente trabalhistas, a Agenda da Classe Trabalhadora conteria uma verdadeira plataforma de governo, dividida em seis eixos estratégicos:

- crescimento com distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno;
- valorização do trabalho decente com igualdade e inclusão social;
- Estado como promotor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- democracia com efetiva participação popular;
- soberania e integração internacional;
- direitos sindicais e negociação coletiva.

Amplamente distribuído aos trabalhadores brasileiros, o documento também seria entregue aos candidatos à Presidência da República daquele ano.

04 de junho de 2007

TRANSPosição DO SÃO FRANCISCO SAI DO PAPEL

O Batalhão de Engenharia do Exército iniciou as obras de construção do Projeto de Integração do Rio São Francisco, que visou proporcionar segurança hídrica a 12 milhões de habitantes do Nordeste, em 390 municípios de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

O projeto consistiu na alteração do curso de pequena parte da vazão do rio São Francisco, o que perenizou mais de mil quilômetros de cursos d'água na região. Para tanto, 800 famílias precisaram ser transferidas para vilas produtivas.

O Nordeste concentra 28% da população brasileira, mas apenas 3% da disponibilidade hídrica do país. A preocupação governamental com os longos períodos de estiagem nessa região remonta ao século 18, com as frentes de emergência contra a seca ainda no período colonial.

No século 19, surgiu pela primeira vez a ideia de transposição do rio São Francisco: em 1847, Marco Antônio Macedo, intendente do Crato (Ceará), elaborou projeto para trazer água do rio para seu estado. Treze anos mais tarde, o imperador Pedro 2º defendeu a ideia da transposição, mas o projeto nunca foi implementado.

Em 1909, foi criada a Inspeção Federal de Obras contra a Seca e, em 1920, o presidente Epitácio Pessoa realizou as primeiras obras de utilização das águas do São Francisco, com a criação de 205 açudes e 220 poços alimentados pelo rio.

Na ditadura militar, o ministro Mário Andreazza propôs uma transposição que incluísse os rios Parnaíba, São Francisco e

Tocantins, mas a obra tampouco foi adiante. Nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, diferentes projetos de transposição foram debatidos, mas não saíram do papel.

No governo Lula, a ideia de integração do rio São Francisco foi alvo de muita polêmica: o bispo de Barra (Bahia), dom Luís Flávio Cappio, fez duas greves de fome prolongadas, em 2005 e 2007. Seu posicionamento foi apoiado por parte da opinião pública e por grupos organizados contrários ao projeto: acadêmicos, povos indígenas e ribeirinhos.

Alguns dos motivos alegados para a oposição às obras eram os custos da integração e a característica de dispersão populacional no Nordeste. Outro ponto levantado pelos opositores do projeto é de que a transposição beneficiaria os grandes produtores e traria poucos benefícios aos pequenos, porque estes não teriam acesso regular à água.

O custo total do projeto foi de R\$ 8,2 bilhões, 12% dos quais destinados a ações de compensação ambiental. Ao longo das obras, que se estenderam por mais de nove anos, foram gerados mais de 11.500 postos de trabalho.

O Projeto do São Francisco se conjugaria a outras ações de convivência com a seca, como a construção de adutoras e abdutores no Piauí, na Paraíba e em Alagoas, o Eixão e Cinturão das Águas, no Ceará, e o Programa 1 Milhão de Cisternas, em todo o semiárido.

Parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), o projeto se tornaria a maior obra de infraestrutura no país.



Wikimedia Commons

06 de junho de 1966

PRESTES RECEBE PENA DE 14 ANOS DE PRISÃO

Vivendo na clandestinidade e julgado à revelia, Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), é condenado a 14 anos de prisão. O processo baseou-se em dezenas de cadernetas com anotações sobre atividades do PCB apreendidas no ano anterior pela polícia de São Paulo em uma das casas em que morou.

Durante o ano de 1966, nas discussões preparatórias para o 4º Congresso do PCB, o partido começou a se dividir na avaliação política do golpe militar e da derrota da esquerda no Brasil. Abriam-se dissidências na estrutura do PCB, que iriam gerar organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Corrente, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), todas elas engajadas na luta armada, contrariamente à orientação do partido.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



EDIÇÃO ESPECIAL

60 ANOS DO GOLPE

Informações e relatos sobre um período do Brasil que não foi superado e que, por isso, lutamos para que nunca volte a acontecer.

disponível para
DOWNLOAD!



visite teoriaedebate.org.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores